



TERMO DE REFERÊNCIA

Aquisição de mudas de flores e insumos para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais.

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria.
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.
Secretaria Municipal de Educação.
Secretaria Municipal de Saúde.

Marau, 20 de abril de 2026.



1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Da (s) Secretaria (s) Coordenadora (s): A Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria será a coordenadora desta contratação.

1.2. Da (s) Secretaria (s) Participante (s): Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações: Os objetos da presente contratação estão previstos no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2026. Ademais, tratando-se de Registro de Preços, suas despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias indicadas a cada ordem de entrega emitida.

1.4. Os quantitativos registrados constituem mera estimativa de consumo, não gerando obrigação de contratação integral por parte do Município.

1.5. Não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Licitação o Registro de Preços, visando futuras *aquisições de mudas de flores e insumos para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais*.

2.2. O quadro abaixo apresenta os itens e quantidades previstas para contratação no período de **12 (doze) meses**, ressaltando que não há a obrigatoriedade por parte da Administração em adquirir o quantitativo informado, constituindo uma mera estimativa.

Item	UN	Quant.	Código	Descrição do Produto/Serviço
1	CX	310	008.002.071	Abacaxi roxo – porte pequeno.
2	SC	37	008.002.154	Adubo de esterco aviário Orgânico Peletizado, revestido com Aditivo tecnológico de ação antifúngica, antimicrobiana, anti-pragas e atenuante de odores. Saco de 25 kg.
3	KG	200	001.031.045	Adubo químico NPK fórmula 10/10/10 -saco de no mínimo 25 kg.
4	SC	250	001.099.001	Adubo orgânico/substrato orgânico para plantio de flores e plantas no solo ou em vaso – saco com no mínimo 25 kg.
5	CX	400	008.002.114	Alfazema - Muda pronta para transplantar com no mínimo



				15 cm de altura, cores sortidas- caixa com 15 mudas.
6	CX	400	008.002.116	Amor-perfeito Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas - caixa com 15 mudas.
7	CX	400	008.002.117	Beijinhos - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas -caixa com 15 mudas.
8	CX	20	008.002.149	Boca-de-leão (Antirrhinum majus), variedade anã (Nanum) – flor amarela, mudas com altura mínima de 15 cm, contendo no mínimo 7 folhas cada, acondicionadas em caixas com 15 unidades.
9	CX	20	008.002.145	Boca-de-leão (Antirrhinum majus), variedade anã (Nanum) – flor branca, mudas com altura mínima de 15 cm, contendo no mínimo 7 folhas cada, acondicionadas em caixas com 15 unidades.
10	CX	20	008.002.152	Boca-de-leão (Antirrhinum majus), variedade anã (Nanum) – flores coloridas, mudas com altura mínima de 15 cm, contendo no mínimo 7 folhas cada, acondicionadas em caixas com 15 unidades.
11	CX	400	008.002.118	Boca de leão - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas- caixa com 15 mudas.
12	UN	120	008.002.064	Buxinho Bola - podado em formato redondo com no mínimo 100 cm de diâmetro. A planta deve estar com poda adequada e com aspecto cheio, sem falhas.
13	UN	120	008.002.063	Buxinho Bola - podado em formato redondo com no mínimo 25 cm de diâmetro. A planta deve estar com poda adequada e com aspecto cheio, sem falhas.
14	UN	120	008.002.065	Buxinho Bola - podado em formato redondo com no mínimo 35 cm de diâmetro. A planta deve estar com poda adequada e com aspecto cheio, sem falhas.
15	CX	400	008.002.119	Calandivas - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas -caixa com 15 mudas.
16	KG	200	001.031.046	Calcário dolomítico com PRNT (Poder Relativo de Neutralização Total) entre 60,1% e 75%.
17	CX	300	008.002.120	Calêndula - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas -caixa com 15 mudas.
18	CX	350	008.002.121	Capim Paulista - Muda pronta para transplantar com no mínimo 10 cm de altura - caixa com 15 mudas.
19	SC	560	008.002.158	Casca de Borracha reciclada para jardinagem, no tamanho de 10 a 40 mm, na cor verde. Saco de 1kg.
20	SC	850	008.002.061	Casca de pinus – ornamental, polida, tamanho médio – saco com no mínimo 7 kg.
21	SC	218	008.002.153	Composto orgânico (Adubo 100% natural, composto por



				turfa, casca de pinus, serragem de madeira, entre outros.) Saco de 25 kg cada.
22	CX	330	008.002.122	Cravinas (Cravo da china) Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas -caixa com 15 mudas.
23	CX	20	008.002.147	Dália (Dahlia pinnata) – flor amarela, mudas com altura mínima de 15 cm, contendo no mínimo 7 folhas cada, acondicionadas em caixas com 15 unidades.
24	CX	20	008.002.143	Dália (Dahlia pinnata) – flor branca, mudas com altura mínima de 15 cm, contendo no mínimo 7 folhas cada, acondicionadas em caixas com 15 unidades.
25	CX	20	008.002.151	Dália (Dahlia pinnata) – flores coloridas, mudas com altura mínima de 15 cm, contendo no mínimo 7 folhas cada, acondicionadas em caixas com 15 unidades.
26	RL	3	008.002.159	Divisor de gramas alto 11cm. Rolo de 50 m.
27	UN	15	008.002.150	Fórmio rubro, plantas com altura mínima entre 80 cm e 1 metro, contendo pelo menos 30 folhas, acondicionadas em vasos com capacidade mínima de 3 litros cada.
28	CX	300	008.002.124	Gazânia (Gazania Rigas) - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas.
29	SC	10	008.002.157	Húmus de minhoca, produto 100% natural, obtido através da transformação do esterco bovino, utilizando-se minhocas vermelhas. Saco de 25 kg.
30	UN	20	008.002.144	Manjerição (Ocimum basilicum) – flor branca, mudas com altura mínima de 50 cm, contendo no mínimo 15 folhas, acondicionadas em vasos com capacidade mínima de 2 litros cada.
31	UN	15	008.002.148	Manjerição Roxo (Ocimum basilicum) – flor roxa, mudas com altura mínima de 50 cm, contendo no mínimo 15 folhas, acondicionadas em vasos com capacidade mínima de 2 litros cada.
32	CX	350	008.002.128	Margaridas - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas - caixa com 15 mudas.
33	UN	50	008.002.146	Moreia de flor branca – plantas com altura mínima entre 40 cm e 1 metro, contendo no mínimo 30 folhas, acondicionadas em vasos com capacidade mínima de 3 litros cada.
34	CX	100	008.002.161	Mudas de Erica falsa pronta para transplantar com no mínimo 10cm de altura, cores sortidas, caixa com 15 unidades.
35	CX	100	008.002.160	Mudas de mini Erica Falsa Erica, pronta para transplantar com no mínimo 10cm de altura, cores sortidas, caixa com 15



				unidades.
36	CX	300	008.002.129	Onze Horas - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas- caixa com 15 mudas.
37	UN	100	001.089.056	Orquídea média – no pote tamanho 12, ter no mínimo 4 flores, 1 botão e folhas saudáveis. Plantado, com vaso.
38	UN	100	001.089.057	Orquídea pequena – no pote tamanho 8 a 6, ter no mínimo 4 flores, 1 botão e folhas saudáveis. Plantado, com vaso.
39	SC	400	001.068.004	Pedra decorativa média, branca – saco com no mínimo 20 kg.
40	SC	350	001.068.007	Pedra seixo de rio média – saco com no mínimo 20 kg.
41	UN	39	008.002.156	Pedras ornamentais de grande porte, com diâmetro mínimo entre 80 cm e 1 metro, na coloração amarelo-branco, destinadas exclusivamente à ornamentação, com espessura variando de 80 cm a 1 metro.
42	UN	84	008.002.155	Pedras ornamentais de médio porte, com diâmetro mínimo entre 50 cm e 70cm, na coloração amarelo-branco, destinadas exclusivamente à ornamentação, com espessura variando de 50 cm a 70cm cada.
43	CX	400	008.002.130	Petúnia - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas -caixa com 15 mudas.
44	CX	300	008.002.131	Portulaca - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas - caixa com 15 mudas.
45	CX	400	008.002.132	Prímula - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas - caixa com 15 mudas.
46	CX	300	008.002.133	Tagetes - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas - caixa com 15 mudas.
47	SC	330	001.031.047	Terra adubada – composição: terra preta, esterco de aves, calcário, cinza carbonizada, fórmula NPK – saco com no mínimo 20 kg.
48	SC	300	001.031.048	Terra orgânica – saco com no mínimo 20 kg.
49	KG	200	001.031.049	Ureia agrícola com aproximadamente 45% de nitrogênio – kg.
50	CX	300	008.002.134	Zinia - Muda pronta para transplantar com no mínimo 15 cm de altura, cores sortidas - caixa com 15 mudas.

2.3. Da classificação/natureza do objeto: O objeto desta contratação se enquadra na descrição de produtos comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme disposto no art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021.

2.4. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços: O prazo de vigência da ata de



registro de preços é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21.

2.4.1. A prorrogação desta ata de registros de preços está condicionada a:

2.4.1.1. Apresentação de relatório favorável do fiscal responsável, com ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem economicamente vantajosos para a Administração.

2.4.1.2. Manifestação expressa do interesse da contratada na prorrogação e a comprovação de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação, nos termos do art. 92, XVI da Lei nº 14.133/2021.

2.4.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

2.4.3. Caso haja formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, sua vigência será definida no respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Marau/RS, no âmbito de suas atribuições institucionais, possui, entre suas competências, a manutenção, conservação, qualificação e embelezamento dos espaços públicos urbanos, incluindo praças, canteiros, rotatórias, áreas institucionais, prédios públicos e demais ambientes de uso coletivo, por meio da execução de diversos serviços, seja de paisagismo, jardinagem, arborização urbana e entre outros.

Nesse contexto, a atuação do Poder Público Municipal encontra especial respaldo no Art. 182 da Constituição Federal, que estabelece que a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. De igual forma, o Plano Diretor Municipal, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, *contempla diretrizes voltadas à preservação, valorização e qualificação da paisagem urbana, incluindo ações permanentes de arborização e paisagismo.*

Todavia, as atividades de paisagismo e jardinagem não dependem apenas de mão de obra, planejamento e equipamentos específicos, mas também de *insumos e produtos indispensáveis à sua execução*, considerando fatores como sazonalidade das espécies, condições climáticas, desgaste natural, ocorrência de atos de vandalismo, bem como a constante necessidade de



revitalização, requalificação dos espaços públicos e expansão urbana. Tais fatores, embora parcialmente previsíveis quanto à sua ocorrência, não permitem a definição prévia e exata das demandas ao longo do tempo.

Dessa forma, buscando garantir a adequada execução de suas atividades, o Município vinha se utilizando da Ata de Registro de Preços oriunda do **Pregão Eletrônico nº 47/2024 – Registro de Preços nº 28/2024**, a qual possibilitou a aquisição de mudas de flores e insumos durante todo o período de sua vigência. Contudo, com o encerramento do referido instrumento, não há, atualmente, contratação vigente que assegure o fornecimento regular desses produtos.

Embora a preservação, valorização e qualificação da paisagem urbana dependam de um conjunto amplo de ações, a indisponibilidade insumos configura, no momento, a principal limitação operacional identificada, uma vez que compromete diretamente a execução dos serviços de paisagismo e ao cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Municipal, bem como das atribuições institucionais das Secretarias Municipais.

Dessa forma, o presente Termo de Referência (TR) decorre da solução identificada pela Administração como a mais adequada para assegurar a continuidade nos serviços desempenhados pelo Poder Público através de suas Secretarias Municipais, garantindo aquisições céleres, eficientes e em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e do interesse público, em estrita observância às disposições da Lei nº 14.133/2021.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o presente Termo de Referência (TR) resulta da solução que melhor atende às necessidades da Administração, sendo a publicação de processo licitatório para futuras *aquisições de mudas de flores e insumos para atendimento das necessidades das Secretarias Municipais*.

Considerando a natureza dos bens, classificados como comuns, e visando assegurar ampla competitividade entre os diversos fornecedores disponíveis no mercado, entende-se que a contratação deva ocorrer por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, garantindo transparência, isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.



Levando em consideração a experiência anterior do Município em contratações dessa natureza, bem como os custos estimados a partir do levantamento de mercado e em consonância com o disposto no art. 40, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços é a alternativa mais adequada para atendimento da demanda.

Tal modelo permite à Administração maior flexibilidade na gestão das aquisições, possibilitando contratações parceladas conforme a necessidade efetivamente verificada, sem a obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados, além de viabilizar melhor adequação das despesas aos recursos orçamentários disponíveis.

Outro aspecto relevante é que a utilização do Sistema de Registro de Preços evita a necessidade de instauração de novos processos licitatórios a cada surgimento de demanda, promovendo maior eficiência administrativa, redução de custos operacionais e observância aos princípios da economicidade e do planejamento.

Quanto ao prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, este observará o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, sendo de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

Ademais, por ocasião da prorrogação da vigência da ata, poderá haver a renovação dos quantitativos originalmente registrados, até o limite destes, desde que devidamente justificada a vantajosidade, devendo o ato de prorrogação indicar expressamente os quantitativos renovados.

A possibilidade de renovação dos quantitativos, quando vantajosa, confere maior agilidade e eficiência à Administração no atendimento de demandas contínuas, evitando a realização de novos procedimentos licitatórios para objetos idênticos, reduzindo custos administrativos e assegurando a continuidade das atividades de paisagismo e manutenção dos espaços públicos.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Da Subcontratação

5.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto, devendo a empresa contratada fornecer e entregar diretamente os produtos, mantendo integral responsabilidade pelo cumprimento das obrigações assumidas perante a Administração, inclusive aquelas decorrentes da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais dela derivados.



5.2. Garantia da Contratação

5.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

5.3. Dos Critérios de Sustentabilidade

5.3.1. No presente caso, considerando que a contratação se destina à aquisição de mudas de flores e insumos para atividades de paisagismo, os impactos ambientais decorrentes são considerados de baixa relevância, estando, em sua maioria, associados às etapas de produção, transporte e acondicionamento dos produtos.

Destaca-se, por outro lado, que a própria natureza do objeto contribui positivamente para o meio ambiente, uma vez que a implantação e manutenção de áreas ajardinadas favorecem a melhoria da qualidade ambiental urbana, auxiliando na organização dos espaços públicos e no bem-estar da população.

Ressalta-se, ainda, que eventuais impactos estão relacionados, principalmente, à geração de resíduos provenientes das embalagens dos produtos fornecidos, os quais deverão receber destinação ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação vigente.

Por fim, o uso adequado dos insumos e o manejo das mudas serão realizados pelas equipes do Município, observando-se as boas práticas ambientais, de modo a evitar desperdícios e garantir o uso racional dos recursos.

5.4. Especificação da Garantia dos Produtos

5.4.1. A garantia legal seguirá o estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Das condições de execução

6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.2. Após o prazo de **05 (cinco) dias consecutivos**, contados da assinatura da ata, os licitantes deverão estar aptos a receber pedidos de entrega, observadas as condições e prazos estabelecidos no presente Termo de Referência.

6.1.3. Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de **05 (cinco) dias consecutivos**, a contar do recebimento da ordem de entrega emitida pela Secretaria Municipal Solicitante.



6.1.4. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada, solicitado por escrito e durante o transcurso do referido prazo.

6.1.5. Fica assegurado ao Município o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência e Edital. Neste caso, o contratado fica obrigado a corrigir as irregularidades, no prazo máximo de **03 (três) dias consecutivos**, contados da comunicação da Secretaria Municipal solicitante ou Fiscal do Contrato, sem custo adicional para o Município.

6.1.6. No caso de descumprimento dos prazos determinados para a fiel execução do objeto desta contratação, poderão ser aplicadas as sanções e penalidades previstas no Edital.

6.1.7. A Licitante deverá manter, durante todo o prazo de vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação compatíveis com as obrigações assumidas nesta Licitação.

6.2. DOS PRODUTOS A SEREM ENTREGUES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas constantes no *item 2.* e demais disposições do presente Termo de Referência e Edital.

6.2.2. Os produtos serão solicitados de forma parcelada, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme as necessidades das Secretarias Municipais e disponibilidade orçamentária, não havendo obrigação de aquisição da totalidade dos quantitativos registrados.

6.2.2.1. As quantidades constantes em cada ordem de fornecimento deverão ser entregues em remessa única, salvo autorização expressa da Secretaria Solicitante.

6.2.3. Os produtos deverão ser entregues e descarregados pela Contratada nos locais indicados pela Secretaria Solicitante, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

6.2.3.1. A entrega e descarga dos produtos são de inteira responsabilidade da Contratada, incluindo todos os custos e meios necessários para sua adequada execução.

6.2.3.2. Os locais de entrega serão informados pela Secretaria Solicitante no momento da emissão da ordem de entrega, podendo ocorrer em qualquer ponto dentro da circunscrição do Município.

6.2.3.3. No ato do recebimento, serão avaliadas as condições, quantidades e especificações dos produtos, em conformidade com o Termo de Referência, Edital e Nota de Empenho. Os itens que apresentarem desconformidade, tais como más condições de conservação, danos físicos, presença de pragas, embalagens violadas, vazamentos, acondicionamento inadequado, quantitativo incorreto ou qualquer outra inconsistência, serão recusados, devendo a Contratada providenciar a substituição sem qualquer ônus adicional ao Município.



6.2.4. As mudas deverão ser entregues em condições adequadas para o plantio, devidamente acondicionadas em sacos ou vasos plásticos e organizadas em caixas apropriadas para transporte, apresentando-se viçosas, saudáveis, livres de pragas e doenças, com desenvolvimento compatível e em conformidade com as especificações, garantindo sua adequada adaptação e desenvolvimento após o plantio.

6.2.5. Todos os adubos, substratos e demais insumos sujeitos a controle específico deverão possuir registro, cadastro ou autorização perante o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento — MAPA, quando exigível pela legislação aplicável, devendo o licitante apresentar a respectiva comprovação no momento da entrega dos produtos, juntamente com a documentação fiscal correspondente

6.2.6. Os valores propostos deverão ser considerados completos e suficientes para o fornecimento integral dos produtos e alcance dos resultados pretendidos, sendo desconsiderada quaisquer reivindicações de pagamentos adicionais.

6.2.7. Todos os custos referentes a entrega dos produtos são de responsabilidade da Contratada a qual também deverá descarregar e armazenar os produtos em local indicado pelo fiscal ou servidor designado para tal, comprometendo-se ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes, exonerando-se integralmente o Município.

6.2.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o presente Termo de Referência e no Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.

6.2.9. Todos os encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e sociais, bem como a responsabilidade civil e penal por eventuais danos e indenizações de qualquer natureza, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, exonerando-se integralmente o Município.

7. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. A estimativa da despesa foi realizada em conformidade com o art. 23 e com o art. 6º, inciso XXIII, alínea “i”, da Lei nº 14.133/2021, observada a metodologia constante nos autos do processo.

7.2. Para a presente contratação, optou-se pela adoção de **orçamento sigiloso**, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/2021, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7.3. A não divulgação prévia do valor estimado da contratação tem por finalidade incentivar a apresentação de propostas mais competitivas, compatíveis com os preços praticados no mercado, contribuindo para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO



8.1. Das orientações gerais da fiscalização

8.1.1. A Ata de Registro de Preços, o contrato ou o documento equivalente deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as disposições do Edital, deste Termo de Referência e demais anexos, observada a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à fiscalização da execução contratual.

8.2. Dos responsáveis pela fiscalização

8.2.1. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), conforme portaria vigente ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133/21:

Gestor do contrato: Nelci Silvestri;

Fiscal administrativo: o fiscal será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

Fiscal administrativo suplente: o fiscal suplente será designado de acordo com a Portaria vigente, no momento da elaboração do contrato administrativo ou documento equivalente.

8.2.2. O(s) fiscal(is) informará (ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, nos termos do art. 117, § 2.º, da Lei nº 14.133/21.

8.2.3. O e-mail indicado pela empresa em sua proposta ou em documento próprio será considerado o principal meio de comunicação entre o fiscal do contrato e o responsável da empresa, sendo que, através dele, serão realizadas solicitações necessárias, e, até mesmo, o envio de documentos. Assim, considerar-se-á ciente a empresa quando as solicitações forem enviadas para o endereço eletrônico informado.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O Fiscal da Ata de Registro de preços fará recebimento dos produtos nos termos do artigo 140, II, "a" e "b", da Lei 14.133/21, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, o Fiscal receberá os produtos, para efeito de verificação da conformidade do mesmo com o solicitado no Edital;

b) Definitivamente, o Fiscal, fará o recebimento definitivo, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento provisório e após a verificação da qualidade e características dos produtos entregues, e consequente aceitação.

c) na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, o fiscal informará ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis.

9.2. O recebimento do objeto pelo Município não exclui a responsabilidade civil do licitante, por vícios de quantidade ou qualidade dos produtos verificados posteriormente, garantindo-se



ao Município as faculdades previstas no art. 18 e 19 da Lei nº 8.078/90.

10. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado com base no (s) preço (s) unitário (s), multiplicado (s) pela quantidade efetivamente entregue e comprovada.

10.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos produtos, a contar do recebimento e aprovação da fatura, pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato e pelo Secretário Municipal solicitante.

10.3. O licitante deverá obrigatoriamente informar nas Notas Fiscais de fatura, em local de fácil visualização, a identificação do presente Pregão Eletrônico, a fim de acelerar o trâmite de recebimento dos produtos e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

10.4. O licitante vencedor deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda corrente do país e com a mesma razão social e o mesmo CNPJ apresentados no procedimento licitatório. A nota fiscal/fatura somente será liberada para pagamento quando a entrega for feita em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

10.5. Para o efetivo pagamento, as notas fiscais deverão estar acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Certidão Negativa de Tributos Federais, Estaduais e Municipais.
- b) Certificado de Regularidade perante o FGTS.
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.5.1. Conforme legislação vigente, é assegurado ao município o direito de efetuar retenções tributárias, incluindo INSS, ISSQN e Imposto de Renda, este último conforme a Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Decreto Municipal nº 5.823/2021.

10.6. Para fins de pagamento, o licitante vencedor deverá, no momento da entrega da nota fiscal/fatura, informar e manter atualizado, junto à tesouraria do Município, o banco, o nº da agência e o nº da conta na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da empresa licitante.

10.7. O valor devido ao licitante vencedor, não sendo pago no prazo estabelecido, e desde que o atraso decorra de responsabilidade do Município, será corrigido segundo a variação do INPC, acumulado no período que mediar entre a data prevista para pagamento e a data do



efetivo pagamento.

10.8. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendentes de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

10.9. O pagamento ao licitante, pela entrega dos produtos, ficará condicionado ao cumprimento das exigências dos parágrafos anteriores, o qual será afirmado mediante termo de verificação emitido pela Secretaria solicitante ou pelo fiscal do contrato.

10.10. O licitante deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.

10.11. Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o licitante adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após o licitante ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos do Município.

10.12. A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso o licitante apresente, na entrega da nota fiscal de pagamento, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2012, devendo ser atualizada anualmente pelo licitante.

10.13. Enquanto o Município não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente à retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Da forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.1.1. O licitante será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na



modalidade **Pregão**, com sistema de **Registro de Preço**, sob a forma **eletrônica**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço por item**.

11.2. Das exigências da habilitação

11.2.1. Para fins de habilitação o licitante deverá apresentar a documentação constante no item “da habilitação” do Edital, nos termos do artigo 62 da Lei 14.133/2021, e, no caso da presente contratação, os documentos informados abaixo.

11.3. Documentos relativos à habilitação jurídica

11.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. A apresentação do contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, substitui a apresentação das alterações;

11.3.2. Certificado da condição de Microempreendedor individual – CCMEI, em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI;

11.3.3. Registro comercial, no caso de empresa individual;

11.3.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.3.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.3.6. Certidão da junta comercial, para as empresas declaradas beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, para fins de comprovação da condição de ME ou EPP pelo empresário ou pela sociedade, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

11.4. Documentos relativos à habilitação fiscal, social e trabalhista

11.4.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica;

11.4.2. Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;

11.4.4. Certificado de Regularidade de Situação (FGTS-CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos



sociais instituídos por lei;

11.4.5. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

11.5. Documentos relativos à habilitação técnica

11.5.1. Atestado de capacidade operacional da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que entregou, satisfatoriamente, objeto compatível em características com o ora licitado.

11.5.1.1. Havendo dúvida quanto à veracidade, autenticidade, autoria, integridade ou conteúdo dos documentos apresentados para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional, especialmente quando se tratar de documentos meramente digitalizados ou escaneados, contendo assinaturas manuscritas e desacompanhados de certificação eletrônica, meio de validação ou outro elemento idôneo de confirmação, caberá ao Pregoeiro promover diligência destinada à verificação do documento e das informações nele constantes.

11.5.1.2. Para fins da diligência prevista no item anterior, o Pregoeiro poderá solicitar à licitante a apresentação de notas fiscais e/ou contratos relacionados ao objeto indicado no documento apresentado, bem como realizar diligência diretamente junto ao órgão, entidade ou pessoa jurídica emissora do documento, com a finalidade de confirmar sua autoria, autenticidade, conteúdo, a relação jurídica, a efetiva execução do objeto e a pertinência da comprovação da qualificação técnica-operacional e/ou técnico-profissional.

11.6. Documentos relativos à qualificação econômica

11.6.1. Certidão negativa de matéria falimentar, expedida pelo distribuidor da sede do licitante ou Certidão Judicial Cível Negativa, da Justiça Estadual, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para o recebimento da documentação da habilitação e da proposta.

11.6.2. É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresente comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do artigo 58 da Lei nº 11.101/2005.

11.7. Outros documentos de habilitação (declarações)

11.7.1. As declarações solicitadas neste item deverão ser emitidas pelo licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ, e **assinadas digitalmente**, pelo representante legal (onde deverá constar de forma expressa esta condição). O Anexo IV do Edital possui modelos das declarações solicitadas nesta licitação.

11.7.2. Declaração de Pleno Conhecimento do Edital e seus Anexos e, consequentemente, do objeto a ser executado e, ainda, que se sujeita a todas as condições estabelecidas;



11.7.3. Declaração de Idoneidade, de que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- a) não está declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) não está impedido de licitar e contratar com o Município de Marau;
- c) que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no artigo 2º da Lei Municipal nº 5.188/16.

11.7.4. Declaração de Atendimento à Norma do Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

11.7.5. Declaração de que o licitante atende ao disposto no art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021, cumprindo a exigência de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.8. Da habilitação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar 123/2006.

11.8.1. O licitante que, se enquadrar nos benefícios concedidos pela **Lei Complementar nº 123/2006 (ME/EPP)**, deverá apresentar a certidão constante no item 11.3.6. deste Edital.

11.8.1.1. Caso o licitante tenha se declarado ME ou EPP e não comprove tal condição na forma disposta no item 11.3.6. deste Edital, será declarado inabilitado.

11.8.2. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão enviar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação no prazo previsto na alínea “a” deste subitem, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.8.3. O licitante que se enquadrar nos benefícios concedidos pela **Lei Complementar nº 123/2006**, nos termos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, não poderá ter celebrado, no ano-calendário da realização do Processo licitatório, contratos com a Administração Pública cujos valores, somados, ultrapassem o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos



mil reais), condição necessária para a fruição do tratamento diferenciado assegurado às microempresas e empresas de pequeno porte.

11.8.3.1. A veracidade da declaração de que trata o subitem anterior poderá ser verificada a qualquer tempo pela Administração, mediante consulta aos sistemas oficiais de controle de contratações públicas, sem prejuízo da solicitação de documentos complementares.

12. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO, VALIDADE, AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E DOS DOCUMENTOS DA MATRIZ E FILIAL

12.1. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar em plena validade na data em que o licitante os enviar via sistema, após a convocação do Pregoeiro. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, essa será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

12.2. Os documentos de habilitação apresentados deverão estar no nome (razão social) e CNPJ do licitante. **Se o licitante for a matriz**, todos os documentos **deverão estar em nome da matriz**, e **se o licitante for a filial**, todos os documentos **deverão estar em nome da filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.2.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica-operacional, serão admitidos atestados de capacidade técnica emitidos em nome da matriz ou da filial da pessoa jurídica licitante, desde que demonstrado que pertencem à mesma pessoa jurídica, observada a pertinência do objeto atestado com o objeto licitado e sem prejuízo da realização de diligências pelo Pregoeiro para confirmação da autenticidade, da autoria, do conteúdo e da efetiva execução dos serviços.

12.3. Os documentos elaborados pelo próprio licitante, inclusive proposta, declarações, procurações, termos e demais documentos de habilitação exigidos neste Edital, deverão ser apresentados, **preferencialmente**, com assinatura eletrônica do representante legal ou procurador do licitante, observada a Lei Federal nº 14.063/2020.

12.4. Considerando a natureza dos atestados de capacidade técnica-operacional, declarações, certidões ou documentos equivalentes destinados à comprovação da qualificação técnica do licitante, e a inexistência de prazo legal de validade, será admitida a apresentação desses documentos assinados manualmente e digitalizados.



12.5. Os documentos emitidos por órgãos ou entidades públicas, bem como por pessoas jurídicas de direito público, poderão ser aceitos quando apresentados com assinatura manual da autoridade ou servidor competente, desde que contenham elementos suficientes para identificação do emitente, do responsável pela emissão e do conteúdo certificado, sem prejuízo da possibilidade de realização de diligência para verificação de sua autenticidade.

12.6. Nenhum licitante será inabilitado exclusivamente em razão da forma de assinatura constante dos documentos apresentados para fins de habilitação, quando houver possibilidade de verificação de sua veracidade, autoria, autenticidade, conteúdo e pertinência. Nesses casos, deverão ser oportunizados os meios cabíveis de comprovação, inclusive mediante diligência do Pregoeiro, em observância aos princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

12.7. Os documentos expedidos pela internet estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pelo Pregoeiro, caso necessário.

12.8. Documento original (não digital) somente será exigido pela Administração, quando houver fundada dúvida em relação à integridade do documento digital.

12.9. Nos casos de apresentação de documento falso, o licitante estará sujeito à tipificação nos crimes de falsidade, previstos nos artigos 297 e 298 do Código Penal Brasileiro, nos crimes previstos nos arts. 337-F e 337-I do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no presente Edital.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas e custeio do objeto desta contratação, serão subsidiadas com recursos consignados na Dotação Orçamentária indicada pela Secretaria Municipal solicitante.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Esclarecimentos referentes ao objeto desta contratação, poderão ser solicitados para o Setor de Licitações, através do telefone (54) 3342-9520, e pelo e-mail licitacoes@marau.rs.gov.br ou para as Secretarias participantes no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.



Marau, 20 de abril de 2026.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Zeladoria.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Educação.

Responsável Compras
Secretaria Municipal de Saúde.

Rodolfo Bebber
Responsável pela elaboração do Termo de Referência – TR.